

Designação da Série	Montepio Capital Certo 2012-2017, 12ª Série.																				
Enquadramento Regulamentar	A presente Série encontra-se enquadrada pelo Regulamento de Benefícios do Montepio Geral - Associação Mutualista, Capítulo III – Modalidades Individuais, Secção IX - Capitais de Reforma por Prazo Certo.																				
Tipo de Modalidade Mutualista	Modalidade individual de Poupança, com garantia do capital entregue e de rendimento mínimo anual.																				
Natureza	As modalidades mutualistas são modalidades de Regimes Complementares de Segurança Social, geridas por Associações Mutualistas e disponibilizadas, por estas, aos seus Associados.																				
Definição	Consiste na constituição de uma poupança, através da entrega de um capital, gerido e valorizado pelo Montepio Geral - Associação Mutualista durante o prazo da Série, findo o qual o Associado Subscritor tem direito ao capital acumulado (capital entregue e respetivo rendimento, deduzido de eventuais reembolsos e penalizações), podendo optar pelo recebimento em capital e/ou constituir uma renda anual vitalícia.																				
Beneficiário	O Associado Subscritor da Série. Por morte deste, os beneficiários por ele declarados. Na falta dos beneficiários declarados aplicam-se as disposições supletivas previstas nas Condições Gerais do Regulamento de Benefícios do Montepio Geral - Associação Mutualista.																				
Idade para Subscrição	Subscritor: Sem limite de idade.																				
Período de Inscrição	De 3 de dezembro a 26 de dezembro de 2012.																				
Início da Subscrição	28 de dezembro de 2012.																				
Prazo da Série	5 anos e 1 dia.																				
Data de Vencimento	29 de dezembro de 2017.																				
Contribuições do Subscritor	Entrega única, por subscrição, efetuada durante o período de inscrição. Não existem valores múltiplos de subscrição.																				
Valor da Subscrição	Limite mínimo de subscrição: 150 Euros; Limite máximo por Subscritor: 300.000 Euros, sujeito ao limite máximo em vigor para o conjunto das subscrições das Séries desta modalidade atualmente em vigor, no valor de 300.000 Euros.																				
Montante da Emissão	Até 50 Milhões de Euros.																				
Flexibilidade	Possibilidade de efetuar em qualquer altura: Alteração de beneficiário(s) declarado(s) por morte; Empréstimo sobre capitais acumulados (até 80% desses capitais); Reembolsos parciais ou total dos capitais entregues e respetiva valorização, sujeito a penalização no rendimento, salvo situações de exceção, conforme previsto na presente Ficha Técnica.																				
Política de Investimento	A Série terá no mínimo 75% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em títulos de dívida ou depósitos.																				
Perfil do Investidor	O perfil do investidor a que esta Série se dirige caracteriza-se pela aceitação de um nível baixo de risco, ou seja, investidores que pretendam uma aplicação com garantia do capital investido e remuneração mínima garantida. O investimento dirige-se a investidores que não pretendam resgatar a aplicação antes do final do prazo de 5 anos e 1 dia.																				
Valorização	<p>Esta Série, sobre o capital acumulado, tem uma garantia de rendimento mínimo anual capitalizado à Taxa Anual Nominal Bruta de:</p> <table><tr><td>1º ano</td><td>2º ano</td><td>3º ano</td><td>4º ano</td><td>5º ano</td></tr><tr><td>4,00%</td><td>4,10%</td><td>4,20%</td><td>4,30%</td><td>5,00%*</td></tr><tr><td colspan="5">Rendimento acumulado</td></tr><tr><td>4,00%</td><td>8,26%</td><td>12,81%</td><td>17,66%</td><td>23,55%**</td></tr></table> <p>* Apenas terão direito a esta taxa os subscritores que mantenham ativo o seu vínculo associativo à data de vencimento da Série e não efetuem qualquer reembolso na subscrição, ao longo do prazo da mesma. Caso contrário, a taxa garantida será de 4,30%.</p> <p>** Considerando que o subscritor mantém ativo o seu vínculo associativo à data de vencimento da Série e não efetua qualquer reembolso na subscrição, ao longo do prazo da mesma.</p> <p>A este rendimento acresce, no final do prazo e apenas sobre o capital acumulado das subscrições que se mantenham ativas até essa data, a distribuição integral dos valores acumulados no Fundo de Reserva Especial (contempla o acréscimo de rendimento proporcionado pela Série ao longo do período e resulta da diferença entre a rendibilidade dos ativos e os respetivos encargos, nomeadamente, o rendimento mínimo garantido, os custos administrativos e a comparticipação para o Fundo de Reserva Geral da AM) - <u>complemento à taxa mínima garantida</u>.</p> <p>Caso ocorra um reembolso antecipado, a perda de vínculo associativo ou a morte do Associado, no decurso do prazo da Série, o capital entregue reembolsado, ou a reembolsar, terá apenas direito ao respetivo rendimento mínimo garantido, relativamente ao período decorrido entre a data início da subscrição e a data do reembolso, ou a data da perda do vínculo associativo ou da morte, consoante o que ocorrer primeiro.</p>	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	4,00%	4,10%	4,20%	4,30%	5,00%*	Rendimento acumulado					4,00%	8,26%	12,81%	17,66%	23,55%**
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano																	
4,00%	4,10%	4,20%	4,30%	5,00%*																	
Rendimento acumulado																					
4,00%	8,26%	12,81%	17,66%	23,55%**																	
Base de Cálculo	Atual/365.																				

Período de Juros	<p>Cada período de juros terá início no dia 28 de dezembro de cada ano (incluindo) e maturidade (excluindo) no dia 28 de dezembro do ano imediatamente subsequente, exceto no último período cuja maturidade (excluindo) será no dia 29 de dezembro de 2017.</p> <p>Caso ocorra um reembolso antecipado, a perda de vínculo associativo ou a morte do Associado, durante um período de juros, a data início desse período mantém-se, sendo a data fim (exclusive) correspondente à data desse reembolso, da perda do vínculo ou da morte, consoante o que ocorrer primeiro.</p>										
Reembolso	<p>No final do prazo de subscrição, ou em qualquer altura durante o mesmo, o Subscritor tem direito ao capital acumulado, (capital entregue e respetivo rendimento, deduzido de eventuais reembolsos e penalizações) podendo optar pelo recebimento em capital e/ou pela constituição de uma renda anual vitalícia.</p> <p><u>No caso de constituição de renda anual vitalícia:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Esta é de valor constante e calculada de acordo com as bases técnicas das Rendas Vitalícias, em vigor no último dia do mês da entrada do pedido de constituição, ficando o Associado Subscritor sujeito ao respetivo Regulamento, na parte aplicável;</li><li>- O valor da renda anual a estabelecer não pode exceder o máximo que vigorar no momento da constituição no plano constante da modalidade de Pensões de Reforma, sendo o pagamento da pensão efetuado em 12 prestações mensais;</li><li>- A renda considera-se estabelecida desde o último dia do mês de entrada do pedido e as mensalidades são devidas a partir do mês seguinte, sendo pagas no final de cada mês.</li></ul> <p><u>No caso de reembolso(s) antecipado(s)</u>, se o saldo remanescente for inferior a 150 Euros, será efetuado o reembolso total.</p> <p><u>Reembolso final da Série:</u> A data do reembolso final da Série ocorre na data de vencimento da mesma. Caso esta data não seja um dia útil, o reembolso ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente seguinte.</p> <p><u>Reembolso por morte do Subscritor:</u></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O(s) Beneficiário(s) têm direito, à data do falecimento, ao recebimento do capital acumulado existente nessa data (capital entregue e respetivo rendimento mínimo garantido, deduzido de eventuais reembolsos e penalizações).</li></ul>										
Penalização regulamentar por reembolso(s) antecipado(s)	<p>Salvo as situações de exceção previstas, referidas na presente Ficha Técnica, os capitais entregues antecipadamente reembolsados serão objeto de uma penalização regulamentar no respetivo rendimento acumulado de:</p> <table><tr><td>1º ano</td><td>2º ano</td><td>3º ano</td><td>4º ano</td><td>5º ano</td></tr><tr><td>Perda total do rendimento</td><td>60,0% do rendimento</td><td>37,5% do rendimento</td><td>27,5% do rendimento</td><td>0%</td></tr></table>	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Perda total do rendimento	60,0% do rendimento	37,5% do rendimento	27,5% do rendimento	0%
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano							
Perda total do rendimento	60,0% do rendimento	37,5% do rendimento	27,5% do rendimento	0%							
Situações de reembolso antecipado não abrangidas pela penalização regulamentar	<p>Situações de exceção à aplicação da penalização regulamentar por reembolsos antecipados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Constituição de renda anual vitalícia;</li><li>• Liberação de qualquer subscrição numa modalidade atuarial;</li><li>• Situação de desemprego de longa duração<sup>1</sup> do Subscritor, incapacidade permanente para o trabalho<sup>2</sup> do Subscritor, doença grave<sup>3</sup> do Subscritor, de qualquer membro do seu agregado familiar ou de outra pessoa que esteja a seu cargo, desde que essas situações tenham ocorrido em data posterior à do início da subscrição;</li><li>• Aquisição de habitação própria permanente.</li></ul> <p>1 – Considera-se em situação de desemprego de longa duração, os trabalhadores dependentes ou independentes que, tendo disponibilidade para o trabalho, estejam há mais de 12 meses desempregados e inscritos nos respetivos centros de emprego.</p> <p>2 - Considera-se em situação de incapacidade permanente para o trabalho, as pessoas que:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>a) Sejam titulares de pensões de invalidez por qualquer regime de proteção social, nomeadamente da segurança social ou da função pública;</li><li>b) Sejam titulares de pensão por acidentes de trabalho ou doença profissional, desde que o grau de incapacidade não seja inferior a 60 por cento;</li><li>c) Não se encontrando na situação das alíneas anteriores, detenham incapacidade permanente causada por ato da responsabilidade de terceiro que as impeça de auferir mais de um terço da remuneração correspondente ao exercício normal da sua profissão.</li></ol> <p>3 – Considera-se em situação de doença grave, as pessoas vítimas de enfermidade que, pelas suas características e as próprias do indivíduo afetado, possa colocar em risco a vida, e ou exija tratamento prolongado, e ou provoque incapacidade residual importante.</p>										
Documentação necessária ao(s) reembolso(s) antecipado(s) sem penalização	<p>Documentos a apresentar em função da finalidade de reembolso:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Desemprego de longa duração - Certificação da situação de desemprego de longa duração do trabalhador, feita pelo centro de emprego em que o mesmo se encontre inscrito, a apresentar na data do pedido de reembolso;</li><li>• Incapacidade permanente para o trabalho - Certificação ou declaração autenticada da veracidade de pensionista e, se for caso disso, do respetivo grau de incapacidade, feita pela entidade processadora da pensão; ou Sentença donde conste a incapacidade permanente causada por ato da responsabilidade de terceiro que impeça o auferimento de mais de um terço da remuneração correspondente ao exercício normal da respetiva profissão, ou, na sua falta, certificação por órgãos periciais especialmente designados para o efeito pelo Montepio Geral;</li><li>• Doença grave - Atestado médico que declare a situação de doença ou a enfermidade, emitido pelos competentes serviços do sistema ou subsistema de saúde que abranja o interessado;</li><li>• Aquisição de habitação própria permanente – Cópia da escritura de compra e venda de habitação própria e permanente, de certidão comprovativa da escritura e/ou de documento complementar que comprove a situação de habitação própria e permanente.</li></ul> <p>Estes documentos devem ser entregues na data do pedido de reembolso com exceção do comprovativo para aquisição de habitação própria permanente, o qual deverá ser apresentado num prazo máximo de 180 dias, após o pedido de reembolso. Nesta situação, o reembolso é processado com penalização, sendo o valor da mesma entregue ao Associado após a apresentação do respetivo comprovativo.</p>										

Regime Fiscal	<p><b><u>NOTA IMPORTANTE:</u></b> O texto que segue pretende expor, de forma sumária, os aspetos gerais do regime fiscal, aplicável a pessoas singulares residentes em território português, associado à presente Série, de acordo com a interpretação feita pelo Montepio Geral Associação Mutualista. Este sumário é baseado na lei da República Portuguesa em vigor na data desta Ficha Técnica e está sujeito a alterações de lei subsequentes, com possibilidade de efeito retroativo quanto à sua interpretação.</p> <p>O Montepio Geral Associação Mutualista aconselha os potenciais subscritores da presente Série a apurar com os seus consultores fiscais as consequências do seu investimento nesta Série, nas suas várias fases (subscrição, detenção e maturidade).</p> <p><b><u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS"):</u></b></p> <p><b>Contribuições:</b> De acordo com a legislação em vigor as contribuições para esta Série <b>não usufruem de benefício fiscal de dedução à coleta.</b></p> <p><b>Reembolsos:</b> O regime de tributação fiscal a aplicar nas situações de reembolso previstas (resgate, o adiantamento, a remição, ou outra forma de antecipação de disponibilidade, ou o vencimento) será o que vigorar à data em que ocorram. De acordo com a legislação em vigor:</p> <p><b><u>Categoria E – Rendimentos de Capitais</u></b></p> <p>Os rendimentos auferidos são tributados em IRS, por retenção na fonte, de acordo com as seguintes taxas liberatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 26,5% para residentes no Continente e R.A. da Madeira;</li> <li>• 21,2% para os residentes na R.A. dos Açores.</li> </ul> <p>Verificando-se que o montante das contribuições pagas na primeira metade da vigência das subscrições representa pelo menos 35 % da totalidade das mesmas, as taxas acima referidas incidirão sobre a integralidade, ou parte, do rendimento auferido, em função da data em que ocorre o resgate, o adiantamento, a remição, ou outra forma de antecipação de disponibilidade, ou o vencimento ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 5 anos: incidência sobre a totalidade do rendimento;</li> <li>• Superior a 5 anos: incidência apenas sobre quatro quintos do rendimento.</li> </ul> <p>Os sujeitos passivos residentes podem optar pelo englobamento dos rendimentos, nos termos do n.º 6 do artigo 71.º do CIRS, assumindo a retenção na fonte, no caso de opção pelo englobamento, a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final (n.º 7 do artigo 71.º do CIRS). Feita a opção pelo englobamento, o titular dos rendimentos fica obrigado a englobar a totalidade dos rendimentos de idêntica natureza, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 22.º do CIRS.</p> <p><b>A tributação supra descrita dá-se independentemente do recebimento ser em capital e/ou por constituição de renda anual vitalícia, nos termos do Regulamento.</b></p> <p><b><u>Categoria H – Rendimentos Vitalícias</u></b></p> <p>Os montantes recebidos sob a forma de renda anual vitalícia são englobados nos rendimentos da categoria H (rendas vitalícias) auferidos pelo contribuinte, estando consequentemente sujeitos ao respetivo regime em IRS (artigos 53.º e 54.º do CIRS).</p> <p><b><u>Imposto do Selo (transmissões gratuitas):</u></b></p> <p>As transmissões dos valores a receber, por morte, beneficiam da não sujeição a Imposto do Selo sobre as transmissões gratuitas.</p>
Entidade Gestora	Montepio Geral Associação Mutualista.
Entidade Tutelar	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.
Locais de Subscrição	Balcões do Montepio.
Contactos	<p>Balcões do Montepio</p> <p>Telefone: 808 20 26 26 - Atendimento Personalizado das 07:00H à 01:00H</p> <p>www.montepio.pt</p>
Validade da Ficha Técnica	A validade da presente ficha técnica coincide com o período de subscrição definido, salvo ocorrência de alterações legislativas ou regulamentares ou caso fortuito ou de força maior.

A consulta desta informação não dispensa a leitura obrigatória dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios (Disposições Gerais e Regulamento da Modalidade Capitais de Reforma por Prazo Certo) do Montepio Geral - Associação Mutualista, disponíveis em [www.montepio.pt](http://www.montepio.pt) ou em qualquer Balcão do Montepio, e da legislação fiscal em vigor em cada ano.

Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.